

“Um ensino superior de qualidade”, documento de orientação

(Comentário ao documento divulgado pelo MCES em 22/Abr/2003)

Reservado, 22/Abr/2003

José Ferreira Gomes.

A. Uma nota positiva

A primeira nota, e esta de aplauso, é para a persistência no desenvolvimento do processo legislativo do ensino superior. A história dos últimos decénios habituou-nos a que os processos fossem desencadeados mas depois se entrasse em “reflexão” na expectativa de que surgisse rapidamente uma mudança de governo que justificasse a inacção. Desta vez temos de levar a intenção anunciada a sério: Corremos o risco de ter nova legislação. Todos concordam que já vem atrasada, mas nem todos concordarão com a direcção a seguir. Esperemos que possa contribuir para a necessária melhoria da qualidade efectiva e não apenas retórica.

B. Alguns comentários

Tentarei comentar algumas das opções que aparecem como assumidas, ainda que em proposta, neste documento.

- Um sistema binário

Era urgente clarificar a opção entre um sistema unitário ou um sistema binário. Não sendo esta escolha decisiva para o bom desenvolvimento do nosso ensino superior, convinha pôr a questão de lado para então se construísse a solução. Feita a escolha, vamos criar as condições para que os dois sub-sistemas contribuam igualmente mas diferenciadamente para satisfazer as aspirações dos nossos jovens e contribuir para o mais rápido desenvolvimento da nossa sociedade.

- A “experimentação”

É com surpresa que encontramos a “experimentação” como área de actividade a par da
Ciência e cultura,
Ensino,
Investigação e experimentação,
Aplicação.

Não é usual esta classificação e o seu sentido escapa ao leitor. A situação agrava-se quando investigação e experimentação aparecem como actividades definidoras do universitário e do politécnico, respectivamente.

A experimentação é uma actividade básica da aprendizagem humana e foi promovida ao estatuto definidor do método científico. Como poderá agora aparecer como factor distintivo do politécnico?

Com as sucessivas conquistas históricas do ensino politécnico, tornou-se cada vez mais difícil definir na legislação e, depois, ver na prática a diferença entre os dois sub-sistemas. A manter o sistema binário, é necessário clarificar a diferença. Há propostas feitas. A opção tomada é uma novidade muito peculiar e inaceitável por ineficaz.

- Avaliação com carácter internacional e resultados publicitados

Não haverá grandes críticas a esta opção, embora a filosofia de base seja discutível. A criação de instituições de avaliação sólidas e a definição do objecto de avaliação (instituições, departamentos, pessoas) é a pedra de toque da proposta. A experiência da FCT deverá ser tomada em conta.

- Os centros de investigação

A clarificação prática da ligação entre os centros (ou unidades) de investigação e as instituições de ensino superior tem de ser clarificada. Haverá vantagens em que sirvam de base à organização da pós-graduação conferente de grau. A linguagem usada no documento sugere que os centros seriam autónomos das instituições para depois colaborarem com elas na leccionação. Não era esta certamente a intenção do redactor e deverá haver uma clarificação que evite ambiguidades. Há noutros países exemplos de sobra de enquadramentos em que os mesmos docentes/investigadores se organizam em estruturas diferentes para efeitos de formação pré-graduação (sem investigação) e formação pós-graduação (com investigação).

- Os centros de estudos superiores

Seria uma terceira estrutura que, usando os mesmos recursos humanos e, talvez, materiais, desempenharia agora outra função. Teríamos assim que uma instituição se organizaria diferenciadamente com vista às suas funções de

1. Ensino dito pós-secundário, reciclagem e requalificação de licenciados
2. Ensino pré-graduação (conferente de grau), e

3. Ensino pós graduação (conferente de grau) e investigação.

A explicitação de uma organização focada nas funções (que se querem) principais da instituição será um avanço notável.

- Ciclos de estudos e graus

A filosofia da proposta é a de alongar as formações superiores, passando a duração do primeiro grau (reconhecidamente em dificuldade de aceitação na implementação actual) de um bacharelato de três anos para uma licenciatura de quatro ou mais anos. Poderá dizer-se que se mantém toda a organização actual apenas suprimindo a possibilidade de o jovem sair para o mercado de trabalho com um grau de três anos. A solução é original no panorama das implementações do processo de Bolonha na Europa! Um jovem português que pretendesse fazer o primeiro grau em Portugal e depois seguir para França, Itália, Alemanha, Suíça, para aí fazer o segundo grau perderia um ano: depois de quatro anos em Portugal ir-se-ia inserir num quarto ano de formação nos sistemas desses países. Será esta a intenção da proposta?

- Doutoramentos

Se a proposta for levada a sério (o que em Portugal não é óbvio...) merece um grande aplauso! Uma medida deste tipo é urgente para que o nosso doutoramento mantenha o respeito internacional. Actualmente, tem e merece - em geral - esse respeito mas não há mecanismos de garantia da qualidade e corre enormes riscos de entrar numa derrapagem irreversível. (Uma opinião!)

Não é claro o que se pretende significar com a proposta de *cursos de doutoramento com a duração máxima de quatro semestres*.

- Mestrado como qualificação para a docência no ensino politécnico

Esta proposta é completamente incompreensível e terceiro-mundista! Quando temos capacidade para formar mais doutores do que o sistema vai normalmente absorver e quando muitos institutos politécnicos já optaram por qualificar o seu corpo docente com o doutoramento vamos manter uma solução que foi boa em 1980 e vamos adiar por mais um decénio a elevação da qualidade do ensino politécnico. Seria viável e fácil introduzir o requisito de doutoramento para os novos docentes, mantendo os direitos adquiridos dos actuais docentes.

- Modelo de governação

A opção tomada é demasiado conservadora. Outras poderiam ser assumidas sem roturas nem grandes riscos para o sistema. O Conselho Consultivo corre o risco de, desnecessariamente, politizar as instituições e será pouco eficaz. Um conselho consultivo ou, ainda melhor, a presença de individualidades externas (nunca por inerência) no órgão de cúpula de governo poderá ser útil mas temos de dar a essas pessoas uma oportunidade de compreenderem os desafios que se põem às instituições. Isto não vai acontecer num órgão que reúna umas duas ou três tardes por ano. Será que o Presidente da Câmara de Lisboa ou algum dos seus vereadores se vai interessar pelo funcionamento interno da Universidade de Lisboa, e pelas outras cinco escolas superiores? A resposta é óbvia: Poderá ir lá a uma reunião ou outra dar um palpite (uma opinião exigiria mais tempo do que ele dispõe) mas a única alternativa é que nomeie para lá um comissário político. Evitemos este caminho a todo o custo.

A coesão interna e a responsabilização efectiva do Reitor/Presidente exige que haja novos sistemas de articulação e de responsabilização com as unidades orgânicas. Não chega criar lá um órgão de direcção unipessoal mas completamente independente do Reitor/Presidente. Este sistema, o actual, funciona quando se pretende que os responsáveis representem os interesses corporativos da instituição dos seus actuais agentes.

- Autonomia

A qualificação dentro dos *fundos e serviços autónomos* corresponde à interpretação mais restritiva do modelo actual e significa um entendimento de que as instituições de ensino superior não deverão ser dotadas de chefias responsáveis e portanto não devem ter grande autonomia dentro da organização do Estado. A experiência adquirida poderia levar-nos a pensar de maneira bem diferente mas a tradicional suspeição da administração pública continua a procurar soluções no controlo directo e detalhado pelo terreiro de paço. Os resultados estão à vista na Educação, na Justiça, na Saúde, etc.

C. Nota Global

Feita a avaliação detalhada de alguns aspectos da proposta, podemos dar a nota final. Em dez pontos avaliados, cinco mereceram aplauso e cinco condenação. **Dez valores** é uma nota de alto risco para o futuro mas também de alguma esperança.